

Monte Rodovias
S.A.

**informações contábeis
intermediárias em 31 de março de
2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovia S.A.
São paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de



uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2022 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 15 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.870	14.827	125.091	108.188
Contas a receber	8	-	-	13.453	14.610
Tributos a recuperar		162	71	6.137	7.224
Despesas antecipadas		104	170	3.031	1.155
Adiantamentos		-	-	310	250
Total ativo circulante		12.136	15.068	148.022	131.427
Ativo não circulante					
Fundos restritos	7	-	-	20.063	19.811
Depósitos judiciais		-	-	22.299	21.674
Despesas antecipadas		-	-	-	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	9.306	7.815
Outros ativos		-	-	26	26
Total do realizável a longo prazo		-	-	51.694	49.341
Investimentos	9a	585.508	592.039	-	-
Outros investimentos	9b	-	-	9.064	9.064
Imobilizado		-	-	4.093	4.005
Intangível	10	-	-	1.361.624	1367.521
Direito de uso	13	-	-	8.374	7.519
		585.508	592.039	1.383.155	1.388.109
Total do ativo não circulante		585.508	592.039	1.434.896	1.437.450
Total do ativo		597.644	607.107	1.582.871	1.568.877

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores		47	20	36.868	25.271
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	42.643	38.567
Debêntures	12	5.027	3.726	5.827	4.526
Obrigações sociais e trabalhistas		234	161	9.696	7.404
Obrigações tributárias		13	14	3.222	3.614
Partes relacionadas	24	768	1.268	-	-
Arrendamentos	13	-	-	4.044	3.240
Provisão para conserva especial	15	-	-	8.200	4.401
Outras obrigações	16	-	-	15.851	18.015
		<u>6.089</u>	<u>5.189</u>	<u>126.351</u>	<u>105.038</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	607.684	618.834
Debêntures	12	76.586	76.090	304.730	295.566
Arrendamentos	13	-	-	4.159	4.253
Provisão para contingências	14	-	-	9.815	8.969
Partes Relacionadas	24	19.632	19.444	-	-
Provisão para conserva especial	15	-	-	24.300	19.336
Outros passivos		-	-	10.500	10.500
		<u>96.218</u>	<u>95.534</u>	<u>961.188</u>	<u>957.458</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	18	472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros	18	34.121	79.636	34.121	79.636
Prejuízos acumulados	18	(11.048)	(45.516)	(11.048)	(45.516)
		<u>495.337</u>	<u>506.384</u>	<u>495.337</u>	<u>506.384</u>
Participação de não controladores		-	-	(4)	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>597.644</u></u>	<u><u>607.107</u></u>	<u><u>1.582.871</u></u>	<u><u>1.568.877</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receita líquida de serviços	19	-	-	65.530	57.096
Receita de construção	19	-	-	12.246	14.829
		-	-	77.776	71.925
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(39.777)	(36.826)
Custo de construção	20	-	-	(12.126)	(14.681)
		-	-	25.873	20.418
Gerais e administrativas	21	(703)	(244)	(14.899)	(14.677)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.531)	(8.665)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	150	106
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(7.234)	(8.909)	11.124	5.847
Receitas financeiras	22	6.307	1	10.431	2.831
Despesas financeiras	22	(10.121)	(5.190)	(32.363)	(25.203)
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		(11.048)	(14.098)	(10.808)	(16.525)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	-	(1.733)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	1.492	2.427
Prejuízo do exercício		(11.048)	(14.098)	(11.049)	(14.098)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		-	-	(11.048)	(14.098)
Acionistas não controladores		-	-	(1)	-
Prejuízo do exercício				(11.049)	(14.098)
Prejuízo por ação básico e diluído - em reais	23			(23,37)	(29,85)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Prejuízo do exercício	(11.048)	(14.098)	(11.049)	(14.098)
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do período	<u>(11.048)</u>	<u>(14.098)</u>	<u>(11.049)</u>	<u>(14.098)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva de recompra de ações e de investimentos				
Em 31 de dezembro de 2021	472.264	3.982	18.980	56.674	-	551.900	-	551.900
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.098)	(14.098)	-	(14.098)
Em 31 de março de 2022	472.264	3.982	18.980	56.674	(14.098)	537.802	-	537.802
Em 31 de dezembro de 2022	472.264	-	-	34.11	-	506.384	(3)	506.381
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.048)	(11.048)	(1)	(11.049)
Em 31 de março de 2023	472.264	-	-	34.121	(11.048)	495.337	(4)	495.332

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(11.048)	(14.098)	(10.808)	(16.525)
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(120)	(149)
Depreciação e amortização	10	-	-	19.499	21.695
Juros e variações monetárias, líquidas		10.075	5.167	30.004	24.522
Provisão para contingências	15	-	-	941	922
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	67
Apropriação do custo de captação		-	-	(924)	-
Provisão para conserva especial	15	-	-	8.763	(1.630)
Baixa do imobilizado e intangível		-	-	-	(105)
Resultado de Equivalência Patrimonial		6.531	8.665	-	-
Resultado ajustado das operações		5.558	(266)	47.335	28.796
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber	8	-	-	1.277	(1.094)
Despesas antecipadas		66	(5)	(1.861)	(1.635)
Tributos a recuperar		(91)	-	1.088	(859)
Depósitos judiciais		-	-	(625)	(985)
Adiantamentos		-	-	(62)	-
Outros ativos		-	-	-	937
Imobilizado		-	-	(242)	-
Intangível		-	-	305	-
Fornecedores		27	6	11.597	12.801
Obrigações tributárias		(1)	11	(2.125)	(113)
Obrigações sociais e trabalhistas		74	15	2.292	1.608
Provisão para contingências		-	-	(30)	-
Outras obrigações		-	-	(2.162)	258
		5.633	(239)	56.807	39.713
Juros pagos	12	(7.894)	(8.296)	(18.896)	(20.635)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(2.761)	(8.535)	37.911	19.078

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Dividendos recebidos		-	21.200	-	-
Adições ao intangível	10	-	-	(12.654)	(9.917)
Adições ao imobilizado		-	-	-	(27)
Utilização (adição ao) do fundo restrito		-	-	(252)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		-	21.200	(12.906)	(9.944)
Amortização de financiamentos e debêntures	12	(197)	(11.704)	(6.603)	(15.693)
Amortização de debêntures privadas (partes relacionadas)		(500)	-	-	-
Pagamentos de arrendamento		-	-	(1.499)	(6.249)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(697)	(11.704)	(8.102)	(21.947)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.957)	961	16.903	(12.813)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	14.827	29	108.188	119.912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	11.870	990	125.091	107.099

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Monte Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Receitas				
Receita de serviços	-	-	72.641	62.547
Receita de construção ICPC 01-R1	-	-	12.246	14.829
	-	-	84.887	77.376
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(6)	(115)	(280)	(4.933)
Custo de construção ICPC 01-R1	-	-	(12.126)	(14.681)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(395)	-	(17.364)	(8.716)
Valor adicionado bruto	(401)	(115)	55.117	49.047
Depreciação e amortização	-	-	(19.499)	(24.695)
Apropriação de seguros	(53)	-	(806)	(622)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(454)	(115)	34.812	23.730
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	403	1	4.591	2.831
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.531)	(8.665)	-	-
Outros	-	-	150	106
Valor adicionado total a distribuir	(6.582)	(8.779)	39.553	26.667
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	189	112	12.128	10.743
Remuneração direta	175	90	8.388	7.518
Benefícios	14	22	3.198	2.641
FGTS	-	-	542	584
Impostos, taxas e contribuições	42	12	9.323	4.899
Federais	42	12	4.974	1.733
Estaduais	-	-	72	29
Municipais	-	-	4.277	3.137
Remuneração de capitais de terceiros	4.235	5.195	29.151	28.122
Juros	4.213	5.190	26.310	25.196
Aluguéis	19	5	195	337
Outras	3	-	2.646	2.589
Remuneração de capitais próprios	(11.048)	(14.098)	(11.049)	(14.098)
Prejuízo do exercício	(11.048)	(14.098)	(11.049)	(14.098)
Valor adicionado distribuído	(6.582)	(8.779)	39.553	29.666

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

A administração da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. (“Monte Rodovias” ou “Companhia”), de acordo com os requisitos estatutários e legais, submete as Informações Trimestrais - ITR da Monte Rodovias S.A. (Controladora e Consolidado), bem como o Relatório dos Auditores Independentes, na data de **31 de março de 2023**.

Apresentação

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e foi constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e passou a deter o seu controle indireto. A CBN, constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535 conforme contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que incluiu trecho adicional de 11,2 km, totalizando a área total concedida de 132,65 km e para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, dentre outras contrapartidas, a vigência do Contrato foi estendida por mais 05 (cinco) anos, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Companhia, através de sua controlada Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), tornando-se sua controladora indireta. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. Ainda em 30 de abril de 2021, a Companhia, através de sua controlada Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros (“CRC”), tornando-se sua controladora indireta. A CRC, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e o início das operações ocorreu em 11 de junho de 2010.

Após conclusão das transações a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma formada por três concessionárias de rodovias no Nordeste brasileiro, totalizando 182,5 km de extensão. Sua força está na

Monte Rodovias S.A.



localização estratégica, localizada no principal corredor de exportação / importação e circulação de mercadorias para mercado do Nordeste, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local.

Até **31 de março de 2023** passaram por nossas concessões, cerca de **10** milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia.

Governança Corporativa

A Monte Rodovias acredita fortemente que a adoção das melhores práticas de governança contribuirá para o bom desempenho e perenidade dos seus negócios e, conseqüentemente, criação de valor para seus acionistas, colaboradores, meio ambiente e sociedade. Estas práticas estão estabelecidas nas políticas aprovadas pelo os instrumentos da administração como o Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante; Política de Negociação de Valores Mobiliários; Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Membros dos Comitês de Assessoramento; Política de Remuneração; bem como nos Regimentos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e no Código de Ética e Conduta. O Conselho de Administração que conta com o assessoramento dos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria; Código de Ética e Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Política de Gerenciamento de Riscos. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.monterodovias.com.br).

Práticas Contábeis

As Informações Trimestrais - ITR da Monte Rodovias S.A. (Controladora e Consolidado) levantadas em **31 de março de 2023**, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais Diretrizes contábeis. Essas práticas estão evidenciadas nas Demonstrações Financeiras e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Monte Rodovias S.A.

Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, conjunto 1.305, Edifício Time Office, Itaim Bibi, CEP 04531-011
São Paulo/SP – CNPJ/MF n.º 37.702.340/0001-74

Desempenho

Tráfego:

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento **6,94%** no período de **janeiro a março de 2023**, quando comparado ao mesmo período de ano anterior, motivado, principalmente, pela retomada do comportamento normal de viagens, dado que, no mesmo período do ano anterior, a demanda foi fortemente impactada pandemia da Covid-19. Sendo assim, as concessões como CRC, CRA e CBN se favorecem por estarem diretamente conectadas com esse tipo de usuário, com vistas ao deslocamento para lazer.

Receita:

A variação da receita ocorre em função da variação do volume de tráfego e dos reajustes tarifários que foram concedidos em todas as concessionárias, as demais receitas representam menos de **5%** do total, desconsiderando deste montante a receita de construção que é registrada contabilmente em atendimento ao ICPC 01 e deriva dos investimentos na infraestrutura. A receita líquida do exercício encerrado em **31 de março de 2023** foi de R\$ 77.776 mil, **8%** maior que a receita líquida do mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a receita da construção, este aumento foi de **13%**.

Considerações Finais:

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias declara que (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em **31 de Março de 2023**.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia") declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em **31 de Março de 2023**.



São Paulo, **15 de março de 2023.**

Julio Cezar Troiano Zogbi

Diretor Presidente

CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam

Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CPF nº 270.314.858-51

Monte Rodovias S.A.

Rua Pedroso Alvarenga, nº 691, conjunto 1.305, Edifício Time Office, Itaim Bibi, CEP 04531-011
São Paulo/SP – CNPJ/MF n.º 37.702.340/0001-74

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Monte Rodovias, (“Companhia” ou “Monte Rodovias”) e quando em conjunto com suas controladas, (“Grupo”), em julho de 2020, tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de emissor na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”).

A Monte Rodovias é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas:

Verona Holding Participações Societárias S.A

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”). Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

Concessionária Bahia Norte S.A.

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”) após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de

ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “Suape” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”) após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo a controlada

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CMV), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (última demonstração financeira anual).

As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2023.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.4. Novas normas interpretações

A seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- i. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 01);
- ii. Imposto diferido, relacionado a ativos e passivos, decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- iii. Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 08); e
- iv. Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 01).

4. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação	Participação
			no capital social (%)	no capital social (%)
			31/03/2023	31/12/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	99,99	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00	100,00

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas Controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de março de 2023 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% a.a.	344	197	74	1
Desenhahia-CBN	TJLP + 3% a.a.	1.846	1.549	1.364	5.677
Desenhahia-CBN	TJLP + 3% a.a.	788	650	560	1.866
Desenhahia-CBN	CDI + 4%	1.943	1.088	491	51
Debêntures - CRC	IPCA + 7,87%	11.345	10.026	9.363	71.142
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	22.168	20.755	20.669	177.394
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% a.a.	13.295	12.501	12.228	43.004

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	6,2%	5,9%	5,9%	5,9%
CDI (*)	13,5%	10,5%	9,3%	8,6%	8,6%
IPCA (*)	6,1%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Abr./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	6,37%	7,96%	9,56%
CDI (*)	10,48%	13,10%	15,72%
IPCA (*)	4,73%	5,91%	7,09%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2027 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	344	395	446
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	788	919	1.048
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	1.846	2.153	2.455

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenbahia – CBN	2026	Alta do CDI	1.943	2.307	2.662
Aplicação financeira			4.368	4.472	4.575

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	13.295	14.688	16.106
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	22.168	25.593	28.614
Debêntures - CRC	2037	Alta do IPCA	11.345	12.937	14.492

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e

tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o período findo em 31 de março de 2023.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Controladora	
		Mensurados ao custo amortizado	
		31/03/2023	31/12/2022
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	11.870	14.827
Total		11.870	14.827
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	12	81.614	79.816
Total		81.614	79.816

	Nota	Consolidado	
		Mensurados ao custo amortizado	
		31/03/2023	31/12/2022
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	134.155	117.252
Fundos restritos	7	20.063	19.811
Contas a receber	8	13.453	14.610
Outros ativos		-	26
Total		167.671	151.699
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	11	650.327	657.401
Debêntures	12	310.558	300.092
Fornecedores		36.867	25.271
Arrendamentos	13	8.202	7.493
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	16	25.546	28.515
Total		1.031.500	1.018.798

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	11	6	10.126	9.520
Aplicações financeiras (a)	11.859	14.821	114.965	98.668
Total	11.870	14.827	125.091	108.188

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% (do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)).

7. Fundos restritos

Em 31 de março de 2023, o saldo de R\$ 20.063 (R\$ 19.811 em 31 de dezembro de 2022), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 11), e são remunerados pela variação do CDI entre 98% e 99%.

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Meios de pagamentos eletrônicos	10.309	13.098
Vale-pedágio	712	284
Receitas acessórias	1.577	1.228
Demanda de risco (a)	855	-
Outros	-	-
Total	13.453	14.610

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

- (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no Edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações financeiras	162	71	5.339	5.390
Saldo negativo IRPJ			185	185
Saldo negativo CSLL			66	66
Outros			547	1.583
Total	162	71	6.137	7.224

9 Investimentos

9.a. Investimentos

	Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022
Verona	585.508	592.039

(a) Informações acerca das investidas diretas:

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2023
Verona	99,99%	592.039	(6.531)	(*)585.508

* Saldo em 31 de março de 2023 no montante de R\$ 585.508, composto por participação societária na Verona, ágio e adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 576.920, R\$ 8.388 e R\$ 200, respectivamente.

	31/03/2023					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)			Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
			Ativo	Passivo		
Verona	551.286.324	99,99	636.017	50.514	585.503	(6.533)

(b) Informações acerca das investidas indiretas:

	31/03/2023					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)			Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
			Ativo	Passivo		
CRC	26.150.154	100	102.353	67.859	34.494	(29)
CRA	141.438.908	100	305.523	241.850	63.673	(989)
CBN	367.759.706	100	991.413	734.966	256.447	(2.502)
Total	1.086.635.092		2.035.306	1.095.189	940.117	(3.520)

A Monte Rodovias, possui controle acionário direto na proporção 99,99% das ações da Verona, que por sua vez, possui igualmente controle acionário direto na proporção 100% das ações das concessionárias CBN, CRA e CRC.

9b. Outros investimentos

A Companhia em 31 de março de 2023, possui saldo no montante de R\$ 9.064 (R\$ 9.064 em 31 de dezembro de 2023), referente a aquisição de 14.555 cotas subordinadas adquiridas em 28 de dezembro de 2021, administradas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, mensurado ao custo amortizado.

10. Intangível

	Consolidado			
	31/03/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão - mais valia (a)	217.608	(16.751)	200.857	203.147
Edifícios e instalações	210.059	(46.493)	163.566	140.721
Direito de concessão de serviços públicos	434.072	(114.414)	319.658	322.791
Pavimentações	830.857	(321.904)	508.953	512.253
Hardware e equipamentos de pedágio	36.212	(17.817)	18.395	18.795
Desapropriações	54.304	(10.274)	44.030	44.053
Máquinas e equipamentos	4.333	(2.177)	2.156	2.232
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(11.586)	35.425	35.868
Móveis e utensílios	13.495	(8.534)	4.961	5.081
Obras em andamento	48.657	-	48.657	67.725
Total	1.896.608	(549.952)	1.346.656	1.352.667
Outros intangíveis				
Softwares	4.125	(1.718)	2.407	2.292
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.127	-	4.127	4.128
Ágio (b)	8.388	-	8.388	8.388
Total	16.686	(1.718)	14.968	14.854
Total	1.913.294	(551.670)	1.361.624	1.367.521

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*; e

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.376.772
(+) Adições	61.741
(-) Baixas	(30)
(-) Amortizações	(77.134)
(+/-) Transferências	(2.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.359.133
(+) Adições	12.654
(-) Baixas	-
(-) Amortizações	(18.246)
(+/-) Transferências	(305)
Saldo em 31 de março de 2023	1.353.236

11. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2023	31/12/2022
CBN (i)	BNB	2031	R\$	10% a.a.	238.060	240.435
CBN (ii)	BNB	2034	R\$	8,24% a.a.	181.520	182.085
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	2,5% a.a.	167.583	169.157
CBN (iv)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	3.863	4.177
CBN (v)	Desenbahia	2024	R\$	CDI+4% a.a.	14.895	15.964
CBN (vi)	Desenbahia	2031	R\$	10% a.a.	17.105	17.564
CBN (vii)	Desenbahia	2031	R\$	TJLP+3% a.a.	8.683	8.893
CBN (viii)	Desenbahia	2032	R\$	TJLP+3% a.a.	20.213	20.633
Custos de captação e estruturação			R\$		(1.595)	(1.507)
Total					650.327	657.401
Passivo circulante					42.643	38.567
Passivo não circulante					607.684	618.834

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

- (vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e
- (viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

- (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desembahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Juros incorridos	42.750
(-) Juros pagos	(43.368)
(-) Amortizações	(15.799)
(+/-) Custos da transação	(467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401
(+) Juros incorridos	10.422
(-) Juros pagos	(11.002)
(-) Amortizações	(6.407)
(+/-) Custos da transação	(88)
Saldo em 31 de março de 2023	650.327

Em 31 de março de 2023, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
2023	-	42.234
2024	49.880	49.880
2025	51.627	51.627
2026	52.245	52.245
2027 em diante	453.931	422.848
Total	607.684	618.834

Em dezembro de 2022, foi assinado contratos junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para capital de giro e para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$10.000 e R\$ 104.978. No entanto, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos.

12. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora	
					31/03/2023	31/12/2022
				IPCA + 10,5%		
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	a.a	81.614	79.816
Total					81.614	79.816
Passivo circulante					5.027	3.726
Passivo não circulante					76.586	76.090

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2023	31/12/2022
				IPCA + 10,5%		
Debêntures IPCA (i)	Monte Rodovias	2031	R\$	a.a	81.614	79.816
Debêntures IPCA (ii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	63.400	60.868
Debêntures IPCA – 12431 (iii)	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17%	176.557	169.781
Custos de captação e estruturação					(11.013)	(10.374)
Total					310.557	300.092
Passivo circulante					5.827	4.526
Passivo não circulante					304.730	295.566

- (i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora (“Companhia”) e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora (“Companhia”) e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações da controlada da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);
- (ii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 debentures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e

melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

(iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora:

(a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (i) o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

- i) Na CRA o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.
- ii) Na CRC o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79.816	300.092
(+) Juros incorridos	9.888	19.392
(-) Juros pagos	(7.894)	• (7.894)
(-) Amortizações	(197)	(197)
(+/-) Custos da transação	-	(836)
Saldo em 31 de março de 2023	81.614	310.557

Prazos de vencimento	Controladora	
	31/03/2023	31/12/2022
2023	-	3.921
2024	10.428	10.428
2025	16.504	16.504
2026	18.766	18.766
2027 em diante	30.888	26.471
Total	76.586	76.090

Prazos de vencimento	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
2023	-	11.493
2024	19.542	19.542
2025	28.040	28.040
2026	33.615	33.615
2027 em diante	223.533	202.876
Total	304.730	295.566

13. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento.

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a guinchos, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos, com prazo de vencimento até 2025 e opção de renovação.

Direito de uso (ativo)

Direito de uso	Consolidado
Movimentação	31/03/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.519
(+) Adições	1.974
(-) Amortizações	(1.099)
(-/+ Remensuração	(20)
Saldo em 31 de março de 2023	8.374

Arrendamento (passivo)

Arrendamento	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante	4.044	3.240
Passivo não circulante	4.159	4.253
Total	8.203	7.493

Movimentação	Consolidado
	31/03/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.493
(+) Adições	1.974
(+) Apropriação de juros	235
(-) Pagamentos	(1.499)
Saldo em 31 de março de 2023	8.203

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 4,65% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de março de 2023 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Consolidado
	31/03/2023
Passivo de arrendamento	
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	8.203
Despesa financeira	235
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	8.298
Despesa financeira	237

14. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2023, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Cíveis	7.297	7.258
Trabalhistas	2.476	1.645
Tributárias	18	18
Outras	25	48
Total	9.815	8.969

Movimentação	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.060	586	-	-	4.646
(+) Adições	3.198	1.059	18	49	4.324
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	1.645	18	49	8.969
(+) Adições	3.886	1.077			4.963
(+) Apropriação de juros	171	(236)	-		(66)
(-) Reversões	(4.012)	(10)			(4.022)
(-) Baixas	(6)	-		(24)	(30)
Saldo em 31 de março de 2023	7.297	2.475	18	25	9.815

Em 31 de março de 2023, as Controladas, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 27.194 (R\$ 22.365 em 31 de dezembro de 2022).

15. Provisão para conserva especial

Em 31 de março de 2023, o Grupo apresentava saldo de R\$ 8.200 no passivo circulante e R\$ 24.300 no passivo não circulante, totalizando R\$ 32.500 (R\$ 23.737 em 31 de dezembro de 2022), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.091
Provisão	16.324
Reversão	(6.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.737
Provisão	8.841
Reversão	(78)
Saldo em 31 de março de 2023	32.500

- R\$ 24.529 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,90% a.a.;
- R\$ 138 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 10,75% a.a.; e
- R\$ 7.833 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

16. Outras obrigações

	Consolidado	
	31/03/2023	31/12/2022
Cotas de FIDC a pagar (a)	9.261	9.089
Contribuição sócio ambiental (b)	808	808
Outras obrigações (c)	5.782	8.118
Total	15.851	18.015

- (a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021.
- (b) Contribuição sócio ambiental - Contribuições financeiras, para aplicação específica em ações socioambientais, conforme disposição contratual, a serem realizadas mensalmente, em caso de haver superávit de receita de pedágio, conforme índices previstos em contrato.; e
- (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes no montante de R\$ 4.010 (R\$ 6.177 em 31 de dezembro de 2022).

17. Impostos de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2023, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	55.833	56.454
Diferenças temporárias (provisões p/ contingências e conservação)	(8.026)	(10.139)
IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)
Ativo diferido, líquido	9.306	7.815

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

<u>31/03/2023</u>				
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2023	513	1.392	1.403	3.308
2024	850	1.974	870	3.694
2025	930	2.648	793	4.371
2026 em diante	923	25.251	18.286	44.460
Total	3.216	31.265	21.352	55.833

<u>31/12/2022</u>				
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2023	513	1.392	1.403	3.308
2024	850	1.974	870	3.694
2025	930	2.648	793	4.371
2026 em diante	936	25.596	18.549	45.081
Total	3.229	31.610	21.615	56.454

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/03/2023</u>		<u>31/03/2022</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(11.048)	(10.808)	(14.098)	(16.525)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	-	1.115	4.793	7.259
Subvenções do lucro da exploração	-	(2)	-	-
Adições/ exclusões permanentes	-	-	(2.946)	(2.946)
Adições/ exclusões temporárias	-	1.492	-	(120)
Outras adições/exclusões	-	(2.846)	-	65
Total de IR e CSLL no resultado	-	(241)	-	2.427
IR e CSLL corrente constituídos no exercício	-	(1.733)	-	-
IR e CSLL diferido constituídos no exercício	-	1.492	-	2.427
Total de IR e CSLL no resultado	-	(241)	-	2.427

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

- i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- ii) Em 31 de março de 2023, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 34.121. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas e poderá ser utilizada para compensar prejuízo.

19. Receitas

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2022</u>
Receitas de pedágio	70.075	60.593
Demanda de risco	855	699
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	1.716	1.275
Impostos e contribuição sobre serviços	(7.111)	(5.452)
Outras deduções	(5)	(19)
Receita líquida de serviços	65.530	57.096
Receita de construção	12.246	14.829
Receita líquida	77.776	71.925

20. Custos

	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/03/2022</u>
Custos de pessoal	(8.120)	(8.449)
Serviços de terceiros	(3.789)	(5.283)
Materiais, equipamentos e veículos	(515)	(1.273)
Gastos gerais	(1.505)	(2.287)
Provisão de conserva especial	(8.841)	(261)
Depreciação e amortização	(17.007)	(19.272)
Custos dos serviços prestados	(39.777)	(36.825)
Custos de construção	(12.126)	(14.681)
Total	(51.903)	(51.506)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Despesas de pessoal	(207)	(124)	(5.393)	(4.090)
Serviços de terceiros	(387)	(88)	(1.597)	(3.698)
Materiais, equipamentos e veículos	(5)	-	(821)	-
Gastos gerais	(104)	(32)	(4.600)	(4.467)
Depreciação e amortização			(2.489)	(2.422)
Total	(703)	(244)	(14.900)	(14.677)

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Descontos obtidos	-	-	17	43
Rendimentos de aplicação financeira	403	1	3.954	2.377
Atualização monetária ativa	-	-	7	411
Outras receitas financeiras	5.904	-	6.266	-
Receitas financeiras	6.307	1	10.243	2.831
Juros de empréstimos e financiamentos			(10.422)	(10.765)
Juros de debêntures	(9.888)	(5.167)	(19.392)	(13.670)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	(187)	-	-	-
Juros de contratos de arrendamento			(235)	(67)
Outras despesas financeiras	(46)	(23)	(2.128)	(701)
Despesas financeiras	(10.021)	(5.190)	(32.176)	(25.203)
Resultado financeiro, líquido	(3.814)	(5.189)	(21.933)	(22.372)

23. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	31/03/2023		31/03/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(11.034)	(11.035)	(14.098)	(14.098)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	472.264	472.264
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Em reais	(23,36)	(23,37)	(29,85)	(29,85)

24. Partes relacionadas

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui saldo de R\$ 20.399 (R\$ 20.712 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, com vencimento em 05 de outubro de 2027, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada, onde os juros remuneratórios serão equivalentes à 100% da variação acumulada da Taxa Referencial – TR (vide nota explicativa nº 22), ao ano, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 292 (R\$ 1.334 em 31 de março de 2022), referente à remuneração dos administradores.

25. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-

se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

26. Eventos subsequentes

Pleito de Reequilíbrio Tarifário

Em janeiro de 2023, o processo de revisão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, visando principalmente, recomposição tarifária, da Concessionária Bahia Norte obteve avanço relevante. Após a consolidação pelo Poder Concedente e a análise jurídica e financeira de eventos que compõem o escopo do trabalho, resta tão somente a validação do cenário de recomposição mais adequado frente à realidade da Concessionária com a posterior validação e assinatura do Termo Aditivo ao Contrato. O processo de análise permanece em andamento até o presente momento.

Liquidação outras obrigações - Cotas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em Abril de 2023, a Companhia, por meio de sua controlada CBN, liquidou a obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), adquiridas em 28 de dezembro de 2021.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM no. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia") declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2022.

São Paulo, 15 de Maio de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi

Diretor Presidente

CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam

Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CPF nº 270.314.858-51

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia") declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2022.

São Paulo, 15 de Maio de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi

Diretor Presidente

CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam

Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CPF nº 270.314.858-51